



NACIONES UNIDAS



SESENTA AÑOS CON AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Distr.
LIMITADA

LC/L.2891(CRE.2/5)
27 de maio de 2008

ORIGINAL: ESPANHOL

**INFORME DA SEGUNDA CONFERÊNCIA REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL
SOBRE ENVELHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ***

(Brasília, 4 a 6 de dezembro de 2007)

* Este documento não é uma tradução oficial das Nações Unidas

2008-404

ÍNDICE

| | <i>Página</i> | |
|--|---------------|----|
| A. ASSISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS | 1-11 | 1 |
| Lugar e data da reunião..... | 1 | 1 |
| Assistência | 2-9 | 1 |
| Presidência e Relatoria..... | 10-11 | 1 |
| B. TEMARIO | 12 | 2 |
| C. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO | 13-67 | 2 |
| Sessão de abertura..... | 13-17 | 2 |
| Desenvolvimento dos trabalhos | 18-63 | 3 |
| Sessão de encerramento | 64-65 | 11 |
| Informe da Relatoria | 66-67 | 11 |
| Anexo 1 - Declaração de Brasília | - | 13 |
| Anexo 2 - Lista dos participantes | - | 18 |

A. ASSISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Lugar e data da reunião

1. A segunda Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe: rumo a uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada nos direitos foi realizada em Brasília, de 4 a 6 de dezembro de 2007.

Assistência

2. Participaram da Conferência representantes de 24 Estados membros da Comissão Econômica para América Latina e Caribe: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, Itália, Jamaica, México, Panamá, Peru, República da Coreia, República Dominicana, Saint Kitts y Nevis, Santa Lucía, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai.

3. Também esteve presente um membro associado da Comissão: Aruba.

4. A Conferência contou com a participação de um grande número de painelistas e convidados especiais, cujos nomes constam na lista de participantes.

5. Da Secretaria das Nações Unidas assistiu um representante da Subdivisão de Integração Social e da Divisão de Política e Desenvolvimento Social.

6. Esteve também presente das Nações Unidas: o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

7. Estiveram presentes representantes dos seguintes organismos especializados das Nações Unidas: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-americana da Saúde (OPS).

8. A organização intergovernamental: Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS) também participou.

9. Além dos Organismos e Instituições já citadas, estiveram presentes as organizações não governamentais que estão incluídos na lista de participantes.

Presidência e Relatoria

10. A Mesa da segunda Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento foi composta da seguinte forma:

| | |
|--------------------------|--------------------------------------|
| <u>Presidência:</u> | Brasil |
| <u>Vice-presidência:</u> | Argentina, Belize, Costa Rica e Peru |
| <u>Relatoria:</u> | Cuba |

11. Assim, foi constituído um grupo de redação para elaborar o texto da Declaração de Brasília.

B. TEMARIO

12. A Conferência aprovou o seguinte temário:
 1. Eleição da Mesa.
 2. Aprovação do tema provisório.
 3. Informe da Secretaria sobre a aplicação da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento.
 4. Intervenções dos países.
 5. Informe dos organismos do Grupo Interinstitucional sobre Envelhecimento e de organismos intergovernamentais.
 6. Área prioritária I: Pessoa idosa e desenvolvimento.
 7. Área prioritária II: O fomento da saúde e bem estar na velhice.
 8. Área prioritária III: Criação de um ambiente propício e saudável.
 9. Aplicação e seguimento da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento.
 10. Consideração e aprovação dos acordos da Conferência.
 11. Outros assuntos.

C. DESENVOLVIMENTO DA REUNIAO

Sessão de abertura

13. Na sessão de abertura da Conferência fizeram uso da palavra José Luis Machinea, Secretário Executivo da CEPAL, e Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos do Brasil.

14. O Secretário Executivo da CEPAL disse que o incremento do número de pessoas de idade tem profundas repercussões na sociedade e nos âmbitos específicos das políticas públicas. Em um contexto caracterizado pelo rápido envelhecimento, a pobreza, a desigualdade, a baixa cobertura e deficientes sistemas de proteção social, a instituição familiar estava sobrecarregada e encontrava cada vez mais dificuldades para cumprir seu papel de reprodução social, sobretudo a partir da incorporação plena da mulher ao trabalho fora de casa. Ocorreram avanços na elaboração de leis, políticas e programas destinados a melhorar as condições de vida da população idosa, o exercício efetivo de seus direitos seguia sendo insuficiente e grande parte ainda carecia de acesso à segurança social, aos serviços de saúde e a outros serviços sociais. Esta desproteção respondia à precariedade dos mecanismos estatais e a escassa consideração das necessidades deste grupo social como objetivo das políticas públicas, produto da

arraigada concepção de que os problemas da velhice são uma questão de caráter privado, mais que de solidariedade coletiva.

15. Era fundamental criar sociedades mais coesas e mais democráticas, que incluíssem a todos. A titularidade dos direitos humanos deveria encarnar a efetiva participação da sociedade, em que todos os cidadãos estivessem contemplados na dinâmica de desenvolvimento e pudessem desfrutar do bem estar que este promove. Reconheceu a trajetória que o Brasil tem na incorporação das pessoas idosas nas políticas públicas, pelo que era especialmente uma satisfação para a CEPAL compartilhar a experiência de realizar a Conferência neste país. Espero que no transcurso dos debates os países reiterem os compromissos assumidos na adoção da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento de 2002 e na resolução de Montevideu sobre a proteção social de 2006, a fim de reduzir as desvantagens e as desigualdades no exercício dos direitos humanos, tanto para as gerações atuais como para as futuras.

16. O Secretario Especial dos Direitos Humanos do Brasil deu as boas-vindas aos participantes e manifestou que, para seu país, era uma honra ser anfitrião da Conferência. Disse que este evento é resultado de uma série de reuniões que o Brasil havia participado, com interesse em ampliar a proteção dos direitos das pessoas idosas.

17. Dando continuidade, ele se referiu aos avanços alcançados pelo país na esfera do envelhecimento. No Brasil as pessoas de 60 anos e mais constituem um seguimento representativo da população; o país prioriza a concessão dos programas desenvolvidos pelos ministérios, que abordam o tema a partir da perspectiva dos direitos humanos. Assim, reconheceu a importância dos instrumentos internacionais de direitos humanos para avançar na construção da cidadania dos idosos e destacou a necessidade de garantir os direitos humanos das pessoas idosas para que se efetivem as garantias estabelecidas em seu favor.

Desenvolvimento dos trabalhos

Informe da Secretaria sobre a aplicação da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (ponto 3)

18. O Diretor do Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CELADE)- Divisão de População da CEPAL, Dirk Jaspers Faijer, apresentou o documento “Informe sobre a aplicação da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento”, preparado pela CEPAL.

19. Assinalou que, em todos os países da região, a proporção e o número absoluto de pessoas de 60 anos e mais irá aumentar sustentavelmente nas próximas décadas. É um grupo populacional que cresce rapidamente e com uma força maior que a população de idades mais jovens. Devido a esta dinâmica, a proporção de pessoas maiores de 60 anos triplicará entre os anos 2000 e 2050. No entanto, pelas diferenças quanto ao avanço da transição demográfica, dos países da América Latina e do Caribe, que estão em diferentes etapas do processo de envelhecimento (incipiente, moderado, moderadamente avançado e avançado).

20. O Diretor da CELADE - Divisão de População da CEPAL reforçou a questão da mudança na estrutura etária da população, que já foi identificada, demandando uma atuação antecipada diante da questão. Na América Latina e no Caribe os países mais pobres e com menor desenvolvimento institucional apresentam um envelhecimento demográfico menos avançado. A mudança de estrutura etária

pode envolver benefícios tangíveis a estes países, pelo fato de criar oportunidades derivadas de uma relação cada vez mais favorável entre a população de idades dependentes e a população em idade economicamente ativa.

21. Esses países têm a possibilidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo crescimento demográfico e preparar-se para a fase final da transição demográfica, caracterizada pelo incremento relativo da população idosa. Eles dependeriam da capacidade dos países de gerar emprego produtivo e criar as condições econômicas e sociais para avançar pelo caminho do crescimento sustentável e com equidade.

22. O Diretor da CELADE - Divisão de População da CEPAL também informou sobre os avanços resultantes da aplicação da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento de 2003, e sobre a relevância existente em diferentes países e sub-regiões. Por último, destacou que é indispensável considerar o envelhecimento em todas as áreas da agenda pública no marco da construção de sociedades mais coesas que incluam a todos.

Intervenções dos países (ponto 4)

23. Representantes de diversos países apresentaram os principais avanços no marco da aplicação da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, houve a exposição dos delegados de Argentina, Belice, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República de Coréia, República Dominicana, Saint Kitts y Nevis, Trinidad e Tabago e Uruguai.

24. Todos os países agradeceram a CEPAL pela organização da Conferência e ao Governo do Brasil pela acolhida que fora dada aos representantes. Muitos também reconheceram o apoio dado pela UNFPA.

25. Os delegados descreveram os progressos de caráter legal e administrativo que seus países haviam realizado a favor das pessoas idosas, bem como as principais iniciativas de políticas e programas executadas nas áreas de proteção, acesso a emprego, atenção à saúde e de criação de entornos inclusivos. Na previdência social foi demonstrado os avanços alcançados em termos da ampliação da cobertura e de qualidade das pensões e aposentadorias. Na saúde, vários países informaram sobre os êxitos em termos de capacitação de pessoal e de criação de novas ações de saneamento especialmente dirigidas as pessoas idosas. Enquanto aos entornos, se mencionaram os avanços em matéria de prevenção de maus tratos e o desenvolvimento de programas de uso do tempo livre e de fomento da socialização.

26. Os delegados destacaram os esforços que realizavam seus governos por incorporar o enfoque de direitos na medida que empreendiam a favor das pessoas idosas e assinalaram a necessidade de continuar avançando neste tema. Chegaram ao consenso de que era essencial reforçar as atividades e melhorar os mecanismos de proteção de direitos humanos das pessoas idosas. Assim, pleitearam como desafios a inclusão dos distintos grupos de pessoas idosas acionarem os governos. Destacaram a importância de avançar em termos de equidade de gênero, na inclusão das pessoas idosas e com deficiência e na consideração das diferenças sócio-culturais nas atividades realizadas.

Informe dos organismos do Grupo Interinstitucional sobre Envelhecimento e de organismos intergovernamentais (ponto 5)

27. A relação com este ponto do tema foram ouvidas as intervenções de alguns membros do Grupo Interinstitucional sobre o Envelhecimento e de organismos intergovernamentais, que informaram sobre suas atividades em relação com o tema nos últimos quatro anos.

28. O representante do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas destacou os esforços que haviam realizado os países da América Latina e do Caribe na implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento em cada uma de suas áreas prioritárias e deu ênfase à necessidade de reforçar a infra-estrutura institucional disponível, assim como as capacidades nacionais, para a plena incorporação das pessoas idosas nas estratégias de desenvolvimento.

29. A representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), indicou que a instituição havia colaborado com os países ativamente nos processos de formulação de diagnósticos nacionais, de políticas públicas e de marcos legislativos e institucionais, na formação de recursos humanos, nos intercâmbios de experiências e boas práticas, nas investigações aplicadas e nos processos de seguimento e avaliação relacionados com os temas envelhecimento e do desenvolvimento. Nos últimos dois anos, o Fundo havia dispensado interesse especial em advogar pela inclusão social e a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas e, o marco de seu novo Plano Estratégico 2008-2011, apóia a transversalidade do tema do envelhecimento nos planos de desenvolvimento nacional e local, destacando os programas de combate a pobreza e de proteção social.

30. O representante da Organização Pan-americana de Saúde (OPS) informou das atividades que havia desenvolvido a organização em apoio aos países da região para avançar na implementação da Estratégia regional sobre o envelhecimento e apresentou os resultados da reunião-oficina "A saúde e o bem-estar das pessoas idosas na América Latina, Cinco anos depois de Madri: avanços, barreiras e necessidades de cooperação internacional", realizada em Cuba no primeiro semestre de 2007, na qual as instituições de saúde apresentaram os êxitos obtidos no tema, identificaram as principais barreiras existentes para o avanço da temática e informaram suas necessidades de cooperação com os organismos internacionais.

31. O representante da Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS) informou sobre os resultados do Projeto sobre Pessoas idosas, Dependência e Serviços Sociais nos países Ibero-americanos, o qual tem como finalidade contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. Indicou que no projeto foram elaborados informes sobre a situação, necessidades e demandas das pessoas idosas, e que nos últimos anos a OISS organizou dois cursos de formação nos quais participaram aproximadamente uma centena de profissionais e técnicos de instituições que atuam na atenção a pessoas idosas de todos os países ibero-americanos.

Área prioritária I: Pessoas Idosas e desenvolvimento (ponto 6)

32. O painel “previdência social e emprego na velhice: tendências e perspectivas na América Latina e no Caribe” foi apresentado por Sergei Zelenev, Chefe do Serviço de Integração Social da Divisão de Política Social e Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, e Daniel Titelman, da Unidade de Estudos do Desenvolvimento da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL.

33. Os especialistas assinalaram que a previdência social é fundamental para garantir uma boa qualidade de vida na velhice e parte central das estratégias para avançar no crescimento econômico e na coesão social. Assinalaram também sobre as dificuldades dos países em desenvolver a ampliação da cobertura previdenciária nos diversos níveis dos “descobertos” em que se encontram um amplo setor da população de pessoas idosas. A respeito indicaram que a pobreza que afeta as pessoas idosas deve ser discutida não só como um assunto de ordem econômica, mas, sobretudo, como um tema de solidariedade entre as gerações. Ressaltaram as experiências existentes em matéria de pensões não-contributivas e advertiram que o princípio que deve guiar qualquer sistema de pensões e oferecer como mínimo, um nível básico de renda a todas as pessoas idosas.

34. Na seqüência foi passada a palavra aos países. Nas intervenções se reconheceu que a escassa cobertura era o principal problema da previdência social nas regiões sendo solicitado uma maior articulação dos sistemas contributivos e não-contributivos. Insistiu-se na necessidade de que o tema do financiamento dos sistemas de pensões se analise não somente como uma questão financeira, mas também como um assunto de gestão. Se comentou sobre o papel controverso da migração na previdência social na velhice, no sentido, da transcendência de criar um sistema de previdência social compartilhado como um fator de proteção aos direitos do trabalhador migrante.

35. O painel sobre previdência social: avanços na cobertura, qualidade e financiamento nos países da região, teve como painelistas Luis Henrique Da Silva, Coordenador de Estudos sobre Previdência Social da Secretaria de Previdência Social do Brasil; Guillermo Antonio, Diretor de Benefícios FCC da Superintendência de Pensões, Valores e Seguros da Bolívia; Ernesto Murro, Presidente do Banco de Previsión Social de Uruguai, Fernando Morales, Diretor Geral do Hospital Nacional de Geriatria e Gerontologia da Caixa Costarricense do Seguro Social, e Wilbert Marchena, Encarregado de Planejamento Social do Ministério de Assuntos Sociais de Aruba.

36. Luis Henrique Da Silva indicou que nos últimos anos o Brasil ocorreu um aumento do número de benefícios da previdência social para este setor da população, e uma melhora na cobertura dos trabalhadores ativos. Aprofundou especialmente enquanto aos efeitos das transferências de renda na velhice, assim como nas modalidades de financiamento do sistema previdenciário brasileiro.

37. Guillermo Antonio se referiu a trajetória do Bono Solidario (BONOSOL) da Bolívia, que havia permitido reduzir significativamente a incidência da pobreza na velhice. O benefício destinava-se à subsistência das famílias com pessoas idosas. A partir de dezembro de 2007, este programa passou a ser substituído pela Renda Dignidade, que permitirá ampliar o direito a previdência social no país.

38. Ernesto Murro indicou que a cobertura de previdência social no Uruguai era superior a 90%. Nos últimos anos ela havia melhorado a qualidade das pensões através de ajustes diferenciais que haviam favorecido principalmente a população com menores rendas e aumentado o número de pessoas cobertas pelo sistema de previdência social, sobretudo da população ativa rural, de trabalhos domésticas e do setor da construção, graças às novas garantias ofertadas para promover sua inclusão no sistema.

39. Fernando Morales destacou o aumento da cobertura do regime não-contributivo e a Lei de Proteção ao Trabalhador de Costa Rica. Indicou que o sistema de previdência social outorgava direitos econômicos, de saúde e sociais a seus beneficiários. Para ele os principais desafios futuros relacionam-se com a melhoria da qualidade dos serviços, com o incremento dos mecanismos de acesso e com a qualidade das pensões, além de proporcionar maior informação sobre contribuições a todos os setores da sociedade.

40. Wilbert Marchena disse que Aruba conta com uma ampla cobertura previdenciária e social e que estão colocando em prática as recomendações da Organização Internacional do Trabalho para prevenir a diminuição dos fundos do sistema de previdência social no ano de 2025. No país estão sendo realizadas mudanças na idade para a aposentadoria, na individualização das pensões e no aumento da taxa de contribuição.

41. Na seqüência foi dada à palavra aos países, entre as intervenções, foi apresentado um projeto desenvolvido na Costa Rica para flexibilizar os requisitos para a aposentadoria, sem afetar a solvência do sistema de pensões. Foi dado maiores detalhes em relação à modalidade de financiamento da Renda Dignidade na Bolívia, que inclui os recursos provenientes de impostos aos hidrocarbonetos.

Área prioritária II: O fomento da saúde e o bem-estar na velhice (ponto 7)

42. No painel sobre saúde e bem-estar na velhice: tendências e perspectivas para América Latina e o Caribe, os painelistas foram Alexandre Kalache, Consultor Especial do Programa Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial de Saúde, e Enrique Vega, Assessor Regional em Envelhecimento e Saúde da Organização Panamericana de Saúde.

43. Os especialistas assinalaram que os sistemas de saúde da região ainda não haviam se ajustado à mudança epidemiológica e que registrava uma mudança frente a uma maior prevalência de enfermidades crônicas junto com o incremento de fatores de risco associados às enfermidades não-transmissíveis. Também enfatizaram a heterogeneidade da mudança epidemiológica na região, onde ainda persistem enfermidades infecto-contagiosas associadas a precárias condições de vida da população em geral. Coincidindo com a necessidade de adotar medidas que permitam a expansão da vida em boas condições de saúde. Neste sentido foram abordadas questões relacionadas ao acesso deficiente e a baixa cobertura dos serviços de saúde, além da falta de capacitação de recursos humanos dos sistemas de saúde nos temas de envelhecimento.

44. No painel sobre atenção de saúde na velhice: avanços na cobertura universal, garantia e qualidade nos países da região, expuseram Mónica Roqué, Diretora da Direção Nacional de Políticas para Pessoas Idosas do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina; Roberto Cino, Diretor Geral do Instituto de Bem-Estar Social do Ministério da Saúde Pública e Bem Estar Social do Paraguai; Anselm Hennis, da Faculdade de Medicina Clínica e Investigação da Universidade das Índias Ocidentais de Barbados; Alberto Fernández, Diretor da Direção Nacional de Atenção a Pessoa Idosa e Assistência Social do Ministério da saúde Pública de Cuba, e Juan Segundo Del Canto y Dorador, Responsável Nacional da Etapa de Vida Pessoa Idosa do Ministério da Saúde do Perú.

45. Mónica Roqué abordou questões relativas ao Programa Nacional de Cuidados Domiciliar implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina, que consistia em um serviço sócio-sanitário que desenvolve serviços de assistência às pessoas idosas com necessidades de apoio para o

desenvolvimento das atividades de vida diária. O programa visa fortalecer os vínculos familiares, favorecendo a integração na comunidade e promovendo alternativas de trabalho e emprego formal.

46. Roberto Cino destacou que no Paraguai foram alcançados importantes avanços no investimento social, particularmente no setor de saúde. Foram registrados avanços em termos de consolidação institucional tanto a nível jurídico como no nível administrativo, na ampliação de prestações de serviços de saúde, incluindo-se o fornecimento de medicamentos, e o fortalecimento das redes de apoio social. É necessário continuar avançando na perspectiva de ampliação dos recursos para atenção na saúde, além de articular esforços com as organizações da sociedade civil.

47. Anselm Hennis assinalou a expansão da política pública em Barbados, a promoção da expansão dos serviços de saúde, a adequação do ambiente físico às necessidades das pessoas idosas, e a implementação de uma legislação sobre o abuso e a discriminação dos idosos. Foi enfatizada a necessidade de avanço na aplicação de enfoques adequados para se abordar as dificuldades na velhice, avaliar as intervenções e reforçar as atividades de prevenção em saúde.

48. Alberto Fernández referiu-se ao programa de atenção integral das pessoas idosas de Cuba, que oferece serviços gratuitos, conta com equipe de atenção multidisciplinar com cobertura nacional. Ressaltou que existe também uma série de serviços complementares, como os *Círculos de Avós*, os Centros diurnos de reabilitação, os Programas de Atenção aos idosos que vivem sós, os Serviços de Descanso para Cuidadores e as Escolas para Cuidadores, destinados a favorecer o atendimento domiciliar.

49. Juan Segundo del Canto assinalou que a diretriz política para o período 2007-2020 e para a implementação do seguro integral de saúde existe há alguns avanços na área da saúde bucal e de prevenção da cegueira por cataratas na população de pessoas idosas do Peru. Destacou os desafios de alcançar as metas sanitárias nacionais e enfrentar os novos cenários derivados da transição demográfica e epidemiológica, além de reduzir as desigualdades na saúde.

Área prioritária III: Criação de um entorno propício e favorável (ponto 8)

50. O painel sobre entorno propício e favorável: tendências e perspectivas para América Latina e o Caribe, foi apresentado por Sonia Heckadon, Especialista do programa da Divisão da América Latina e o Caribe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), e Javier Vásquez, Especialista em Direitos Humanos da Organização Panamericana de Saúde.

51. Os especialistas trataram sobre a necessidade de implementar eficientes sistemas de avaliação e monitoramento da situação das pessoas idosas, como condição fundamental para aumentar a cobertura e qualidade das políticas e programas dirigidos a este grupo populacional. Insistiram sobre a necessidade de criar uma plataforma de conhecimentos que possam facilitar o apoio sul-sul em diferentes áreas de intervenção. Reafirmaram a importância de abordar os assuntos relacionados à velhice, a partir da perspectiva dos direitos humanos. Discutiram os vínculos entre direitos humanos, estornos propícios e envelhecimento, e abordaram os principais instrumentos internacionais de direitos humanos, assim como os mecanismos de proteção destes direitos na velhice.

52. No debate posterior, os países trataram sobre a importância de se incorporar o enfoque de direitos humanos às legislações, políticas e programas voltadas para a atenção às pessoas idosas e reconheceram que é fundamental desenvolver ferramentas teóricas e metodológicas que lhes permitam levar efetivamente à prática este enfoque nas ações que empreendem. Insistiram quanto à necessidade de

ampliar o intercâmbio de boas práticas sobre o tema. Por último se destacou a importância de avançar na criação de um instrumento vinculante sobre os direitos das pessoas idosas.

53. O painel sobre discriminação e violência na velhice: avanços legislativos e programáticos nos países da região expuseram Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Brasil; Diana Alvarado de Molo, Viceministra do Ministério de Desenvolvimento Social do Panamá; Lindy Jeffery, Diretora Executiva do Conselho Nacional sobre Envelhecimento de Belice; Ana Leonor Morales, Diretora de Atenção Integral a Pessoa Idosa da Secretaria Nacional da Família de El Salvador, e Paula Forttes, Diretora Nacional do Serviço Nacional da Pessoa Idosa do Chile.

54. Perly Cipriano se falou sobre as medidas adotadas pelo Brasil nos âmbitos da formulação de leis e a implementação do plano de ação para enfrentamento da violência contra as pessoas idosas. No âmbito legislativo, mencionou o Estatuto do Idoso, em virtude do qual se criaram os mecanismos para penalizar agressores de pessoas idosas, e no plano programático, disse que o referido plano aborda todas as formas de violência contra as pessoas idosas, incluindo medidas de aplicação e de sensibilização, capacitação, pesquisas, criação de infra-estrutura institucional, dentre outras.

55. Diana Alvarado apresentou os resultados do diagnóstico sobre maus-tratos contra as pessoas idosas e tratou das medidas legais, institucionais e programáticas realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Panamá, que incluem campanhas de sensibilização, reformas legais para enfrentar a violência contra as pessoas idosas na legislação sobre violência doméstica e assistência jurídica para denunciar os casos de maus tratos.

56. Lindy Jeffery indicou que Belice não dispunha de estatísticas confiáveis que permitam mensurar a incidência de maus-tratos contra as pessoas idosas e que não existiam legislações que protegessem especificamente as pessoas idosas, ainda que a lei de violência doméstica seja um instrumento aplicável nos casos que a vítima é mulher e idosa. Enfatizou que a instituição trabalha conjuntamente com outros atores sociais para avançar na questão a médio prazo na regulação deste tema.

57. Ana Morales falou sobre as disposições legais existentes em El Salvador, voltadas para a prevenção dos maus-tratos contra as pessoas idosas. Em termos específicos a Lei de Atenção Integral a Pessoa Idosa abrange o tema, da mesma forma que a lei de violência intrafamiliar e o Código Penal. Também tratam de programas de assistência para pessoas idosas abandonadas, de fortalecimento dos laços familiares e de sensibilização da comunidade.

58. Paula Forttes apresentou estatísticas sobre os maus-tratos contra pessoas idosas e falou sobre a metodologia de trabalho utilizada no Chile para diminuir a incidência desse tipo de violência. De acordo com ela, foi constituída uma mesa de trabalho intersetorial e uma sub-comissão jurídica para avaliar a redação de uma lei relacionada ao tema, assim como uma proposta de reforma do marco normativo vigente. Além de desenvolverem ações de sensibilização, prevenção e de denúncia.

59. No debate posterior, foram abordadas questões relacionadas às formas específicas dos maus-tratos contra as pessoas idosas e foi dada ênfase à importância de fortalecer os laços familiares para prevenir situações de violência. Insistiu-se sobre a importância de criar instrumentos alternativos para os casos nos quais as pessoas idosas não podem mais voltar a viver com seus parentes devido à ocorrência de violência intrafamiliar.

Aplicação e seguimento da Estratégia regional de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (ponto 9 -)

60. No painel sobre desafios para a aplicação e seguimento da Estratégia regional sobre o envelhecimento expuseram Sandra Huenchuan, do Centro Latino americano e Caribeño de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL; Jennifer Rouse, Diretora da Divisão de Envelhecimento do Ministério de Desenvolvimento Social de Trinidad e Tabago; Amparo Valcarce, Secretaria de Estado de Serviços Sociais, Famílias e Deficiência do Ministério do Trabalho Assuntos Sociais da Espanha; José Carlos Baura, Diretor do projeto pessoas idosas, dependência e serviços sociais nos países iberoamericanos da Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS); Renato Maia Guimarães, Presidente da Associação Internacional de Gerontologia e Geriatria (AIGG) do Brasil, e Dora Celton, Presidente da Associação Latino-americana de População (ALAP) da Argentina.

61. Os especialistas trataram sobre os desafios que enfrentavam os países da região em termos da aplicação da Estratégia regional sobre o envelhecimento para o próximo quinquênio, em especial os relacionados com a formulação de políticas públicas, a pesquisa e a cooperação internacional. Foi reforçada a idéia de construção de uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada em direitos era o marco conceitual mais apropriado para abordar os assuntos do envelhecimento na região. Identificaram-se os possíveis campos de pesquisa e de elaboração de estudos destinados para o processo de tomada de decisões na política pública, e realçou a necessidade de se avançar na construção de sistemas de indicadores nacionais para medir os progressos no tema envelhecimento e desenvolvimento. Por último, foi destacada a necessidade de estabelecer maior cooperação entre os organismos internacionais e intergovernamentais para responder de maneira coordenada às necessidades de assistência técnica e financeira dos países da região.

62. Também foram apresentados os resultados da Reunião preparatória intergovernamental do Caribe para os Estados membros da CEPAL, foram destacadas as particularidades do impacto do processo de envelhecimento, assim como os principais avanços e as oportunidades existentes em cada uma das áreas prioritárias da Estratégia regional sobre o envelhecimento nos países de língua inglesa.

Outros assuntos: Conclusões do Fórum da Sociedade Civil (ponto 11)

63. Os representantes do Fórum regional sobre envelhecimento de organizações da sociedade civil da América Latina e do Caribe, realizado no período de 1 a 3 de dezembro de 2007, leram a Carta de Brasília. Indicaram que na região se observava diferentes níveis de aprofundamento na aplicação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento e de sua Estratégia regional. Que existia uma ampla gama de leis e programas, e que era imprescindível realizar estudos rigorosos sobre a aplicação das normas e os efeitos das intervenções. Foi solicitado aos movermos para fortalecer os mecanismos de proteção e respeito dos direitos humanos das pessoas idosas, assim como a ampliação das instâncias de participação das organizações civis nos assuntos públicos relacionados com o tema. Foi mencionado também a importância de contar com um instrumento internacional vinculante sobre os direitos das pessoas idosas. Por último, as organizações se comprometeram a continuar trabalhando em prol do bem estar das pessoas idosas.

Sessão de encerramento

64. Ao encerrar a reunião, o Diretor do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL e a Presidência da Conferência se dirigiram aos presentes. Todos agradeceram a participação ativa e construtiva dos participantes e ressaltaram a importância e utilidade da Declaração aprovada, que nortearia os trabalhos subsequentes nos países da região, num marco de cooperação e intercâmbio de experiências. Assim, destacaram o trabalho do Grupo Interinstitucional sobre Envelhecimento e em especial ao Fundo de População das Nações Unidas. A CEPAL, como organizadora da reunião, agradeceu o apoio do Governo do Brasil.

65. A representante do Brasil solicitou a inclusão o seguinte parágrafo no informe:

“Reconhecemos a importância de tratar a doença de Alzheimer e enfermidades relacionadas como um problema multidisciplinar de saúde pública, o qual necessita do compromisso das organizações governamentais e não governamentais, ao setor privado e a sociedade civil, para fomentar pesquisas, treinamentos, atenção médica e medidas de apoio aos pacientes e a suas famílias”.

Informe da Relatoria

66. O delegado de Cuba, em sua qualidade de Relator, apresentou um informe oral em que assinalou a significativa representatividade da Conferência e recordou brevemente seu desenvolvimento. Destacou a qualidade do informe apresentado pela Secretaria assim como das exposições realizadas pelas delegações nacionais e pelos especialistas. Afirmou que a reunião havia demonstrado a generosa disposição dos participantes em tratar das realidades e práticas de trabalho heterogêneas. Assim, felicitou as organizações não governamentais e de pessoas idosas, realçou o aporte realizado através da leitura das conclusões do Fórum da Sociedade Civil. Por último, elogiou o amplo espírito de colaboração entre as delegações, que fizeram o possível para o êxito e um amplo consenso em torno do conteúdo da Declaração de Brasília.

Consideração e aprovação dos acordos da Conferência (ponto 10)

67. A Conferência aprovou por aclamação a Declaração que se transcreve em anexo 1.

Anexo 1

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA

Nós, os representantes dos países reunidos na segunda Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe: uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada em direitos, realizada em Brasília, Brasil, entre 4 a 6 de dezembro de 2007,

Com o propósito de identificar as prioridades futuras de aplicação da Estratégia regional de implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, responder às oportunidades e aos desafios que o envelhecimento da população suscitar nas próximas décadas e promover uma sociedade para todas as idades,

Destacando a responsabilidade dos governos, de acordo com seus marcos jurídicos, de promover e prestar os serviços sociais e de saúde básicos e de facilitar o acesso a eles, levando em conta as necessidades específicas das pessoas idosas, bem como os compromissos assumidos no presente documento,

Com a firme determinação de adotar medidas em todos os níveis - local, nacional, sub-regional e regional - nas três áreas prioritárias da Estratégia regional: pessoas idosas e desenvolvimento, saúde e bem-estar na velhice, e entornos propícios e favoráveis,

Reconhecendo que o envelhecimento é um dos maiores ganhos da humanidade, que na América Latina e no Caribe a população vem envelhecendo de maneira heterogênea, achando-se esse processo mais adiantado em alguns países do que em outros, e que, em consequência, os desafios em termos de adequação das respostas do Estado às mudanças da estrutura etária da população são diferenciados,

Levando em conta que uma transformação demográfica de tais dimensões tem profundas repercussões na sociedade e nas políticas públicas e que, com o envelhecimento, aumenta a demanda por um exercício efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todas as idades,

Destacando que, para enfrentar os desafios do envelhecimento, alguns países fizeram avanços na criação e implementação de legislações, políticas, programas, planos e serviços para melhorar as condições de vida das pessoas idosas e que há, em relação ao ano 2003, novos nichos de política pública e mais intervenções no tema, embora ainda persista a diversidade de situações e de resultados entre países e sub-regiões,

Sublinhando que a preocupação dos Estados com os direitos das pessoas idosas vem há alguns anos aumentando e se traduzindo na criação de marcos legais de proteção, embora persistam brechas na implementação desses direitos e muitas pessoas idosas ainda não tenham acesso a benefícios da seguridade social, à assistência à saúde ou aos serviços sociais,

Enfatizando que é indispensável que o envelhecimento da população não se circunscreva às atuais gerações de pessoas idosas e que é fundamental avançar no sentido da construção de sociedades mais inclusivas, coesas e democráticas, que rechacem todas as formas de discriminação, inclusive as relacionadas com a idade, e consolidar os mecanismos de solidariedade entre gerações,

Tendo presente que o envelhecimento pode gerar deficiências e dependência que exigem serviços orientados para sua atenção integral,

Reconhecendo que as Nações Unidas e seus organismos especializados atribuíram especial ênfase a este tema e insistiram na ampliação da cobertura e qualidade dos sistemas de proteção social para resguardar as pessoas ante os riscos associados à velhice e que a titularidade de direitos humanos compreende o efetivo pertencer à sociedade, pois implica que todos os cidadãos e cidadãs estão incluídos na dinâmica do desenvolvimento e podem usufruir o bem-estar que este promove,

Reconhecendo também o trabalho sistemático que a CEPAL, por intermédio do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) – Divisão de População da CEPAL, realiza em apoio aos países da região na incorporação do envelhecimento nas agendas de desenvolvimento e no estímulo a oportunidades de fortalecimento de capacidades técnicas, pesquisa e assistência técnica aos governos, e agradecendo o apoio que prestam o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como a Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC) e a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS),

Tomando nota da Declaração de San Salvador, aprovada pelas Primeiras Damas, Esposas e Representantes dos Chefes de Estado e de Governo das Américas na Décima Quarta Conferência dedicada ao exame do tema “Construindo uma sociedade para todas as idades”,

Havendo considerado o relatório sobre a aplicação da Estratégia regional de implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, elaborado pela Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe,¹

1. *Reafirmamos* o compromisso de não poupar esforços para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas idosas, de trabalhar na erradicação de todas as formas de discriminação e violência e de criar redes de proteção das pessoas idosas a fim de tornar efetivos os seus direitos;
2. *Promovemos* o diálogo e as alianças estratégicas entre os governos, o sistema das Nações Unidas, a cooperação internacional e Sul-Sul, a sociedade civil - com especial ênfase nas organizações de pessoas idosas - e o setor privado, para criar consciência da evolução da estrutura da população, sobretudo no tocante ao ritmo de envelhecimento demográfico e suas conseqüências econômicas, sanitárias, sociais e culturais;
3. *Destacamos* a importância de examinar, de maneira ampla e integral, os efeitos das migrações na dinâmica do envelhecimento das comunidades de origem, trânsito e destino, dispensando especial atenção ao impacto dos fluxos migratórios nos próprios migrantes, em suas famílias, na comunidade e na sociedade, bem como no desenvolvimento econômico e social dos países;
4. *Propomos* a realização de intervenções na prevenção e atenção voltada para melhorar o acesso aos serviços de tratamento, cuidado, reabilitação e apoio das pessoas idosas em situação de incapacidade;

¹ LC/L.2749(CRE.2/3).

5. *Levamos em conta* os efeitos do HIV/Aids nas pessoas idosas, tanto no acesso aos serviços de prevenção, tratamento, cuidado e apoio, como no tocante à valiosa contribuição que prestam no cuidado dos membros de sua família quando são vítimas dessa epidemia, bem como o seu papel de promotores da criação de um ambiente positivo e livre de estigma e discriminação das pessoas portadoras do HIV/Aids;
6. *Apoiamos firmemente* a incorporação da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas que levem em consideração as necessidades e experiências das pessoas idosas;
7. *Reafirmamos o compromisso* de incorporar o tema do envelhecimento e dar-lhe prioridade em todos os âmbitos das políticas públicas e programas, bem como de orientar e diligenciar os recursos humanos, materiais e financeiros para o adequado seguimento e avaliação das medidas postas em prática, diferenciando a área urbana e rural e reconhecendo a perspectiva intergeracional, de gênero, raça e etnia nas políticas e programas direcionados para os setores mais vulneráveis da população em função da sua condição econômica e social e de situações de emergência humanitária, como os desastres naturais e o deslocamento forçado;
8. *Reconhecemos* a necessidade de fortalecer as capacidades nacionais e internacionais, bem como a cooperação internacional e Sul-Sul, para abordar os problemas do envelhecimento da população nos distintos âmbitos da atividade humana e das políticas públicas;
9. *Propomos* a realização de estudos e pesquisas que facilitem a adoção de decisões fundamentadas no tema e a elaboração de perfis demográficos e socioeconômicos da população de pessoas idosas que nos permitam identificar as brechas na implementação dos direitos humanos e os meios para seu pleno gozo, bem como a ampla e eficaz participação das pessoas idosas no desenvolvimento;
10. *Resolvemos* envidar todos os esforços no sentido de ampliar e melhorar a cobertura de pensões quer contributivas ou não contributivas, bem como adotar medidas para incorporar maior solidariedade em nossos sistemas de proteção social;
11. *Promovemos* o trabalho digno, em conformidade com os critérios da Organização Internacional do Trabalho, para todas as pessoas idosas, mobilizando e proporcionando apoios creditícios, capacitação e programas de comercialização que promovam uma velhice digna e produtiva;
12. *Reconhecemos* a necessidade de incentivar o acesso equitativo aos serviços de saúde integrais, oportunos e de qualidade, de acordo com as políticas públicas de cada país, e fomentar o acesso aos medicamentos básicos de uso continuado para as pessoas idosas;
13. *Propomos* a criação de marcos legais e mecanismos de supervisão para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas idosas, no caso tanto das que utilizam os serviços de internação prolongada quanto das que residem em seus domicílios, e facilitar a formulação e o cumprimento de leis e programas de prevenção de abuso, abandono, negligência, maus-tratos e violência contra as pessoas idosas;
14. *Propomos* a prática da humanização para acolher e compreender as pessoas idosas de forma integral, com absoluto respeito por seus direitos humanos e liberdades fundamentais, mobilizando recursos internos para que a atenção seja prestada no contexto de uma relação humana solidária e de grande significação;

15. *Recomendamos* que se prestem cuidados paliativos às pessoas idosas que padeçam de enfermidades em fase terminal, bem como apoio a seus familiares, e que os profissionais sejam bastante sensíveis e competentes para perceber o sofrimento e aliviá-lo mediante intervenções de controle de sintomas físicos e psicossociais, em consonância com a assistência espiritual requerida pela pessoa idosa;
16. *Promovemos* a implementação de iniciativas no sentido de melhorar a acessibilidade do espaço público, adequar as moradias às necessidades das famílias multi-geracionais e unipessoais integradas por pessoas idosas e facilitar o seu envelhecimento em casa com medidas de apoio às famílias, e em especial às mulheres, nas tarefas de prestação de cuidados;
17. *Solicitamos* ao Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe que adote as medidas oportunas para intensificar as atividades que as Nações Unidas realizarão no nível regional em matéria de envelhecimento e a CEPAL que preste assistência técnica na informação, pesquisa e capacitação em matéria de envelhecimento e políticas públicas, a fim de fomentar e fortalecer os esforços que os países empreendem nesse sentido. De igual modo, convidamos a Comissão a que examine os avanços dos países da região na aplicação da Estratégia regional de implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento e que tais avanços sejam apresentados nas sessões do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento do período de sessões da CEPAL;
18. *Estimulamos* o acesso à educação continuada e permanente ao longo de toda a vida e em todos os níveis;
19. *Propiciamos* a criação de programas de licenciatura e mestrado em gerontologia social e administração de serviços de atenção geriátrica em universidades da região, a fim de incentivar os jovens a seguir carreiras afins nos países e diminuir o êxodo de profissionais da saúde da região;
20. *Instamos* os centros acadêmicos, as sociedades científicas e as redes de cooperação em população, envelhecimento e desenvolvimento a que realizem estudos minuciosos, diversificados e especializados sobre o tema, bem como organizem reuniões de trabalho e intercâmbio para fortalecer a agenda de pesquisa e capacitação em matéria de envelhecimento, e criem e apóiem centros de estudos, pesquisa e formação de recursos humanos neste âmbito;
21. *Recomendamos* a incorporação das pessoas idosas nos processos de elaboração, implementação e seguimento de políticas;
22. *Pedimos* que se incorporem as pessoas idosas nas atividades e conferências programadas pelas Nações Unidas para o próximo quinquênio;
23. *Solicitamos* às instituições de cooperação internacional que levem em consideração as pessoas idosas em suas políticas e projetos, como parte das medidas para ajudar os países a pôr em prática os compromissos da Estratégia regional;
24. *Recomendamos* que se levem em conta às pessoas idosas nos esforços em curso para alcançar os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os da Declaração do Milênio;

25. *Acordamos* solicitar aos países membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que avaliem a possibilidade de designar um relator especial encarregado de velar pela promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas idosas;
26. *Comprometemo-nos* a realizar as consultas pertinentes com nossos governos para incentivar a elaboração de uma convenção sobre os direitos humanos das pessoas idosas no seio das Nações Unidas;
27. *Convidamos* as pessoas de todos os países e setores sociais a que, em caráter individual e coletivo, se juntem ao nosso compromisso com uma visão compartilhada da igualdade e do exercício dos direitos na velhice;
28. *Acordamos* que esta Declaração de Brasília constitui a contribuição da América Latina e do Caribe ao 46º período de sessões da Comissão de Desenvolvimento Social do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que será realizada em fevereiro de 2008;
29. *Expressamos* o nosso reconhecimento ao Governo do Brasil por haver sido anfitrião da segunda Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe.

Anexo 2

LISTA DOS PARTICIPANTES**A. Estados membros da Comissão****ARGENTINA**Representante:

- Mónica Roqué, Diretora Nacional de Políticas para Idosas, Ministério de Desenvolvimento Social

Membros da Delegação:

- Carlos Romero, Secretário das Pessoas Idosas da Província de Salta
- Beatriz Mirkin, Ministra de Desenvolvimento Social da Província de Tucumán
- Mirta Cristina Mobellan, Ministra de Inclusão Social e Desenvolvimento Humano da Província de San Luis
- Daniel Real, Subsecretário de Desenvolvimento Social da Província de Chubut
- Malena Arriagada, Assessora da Direção Nacional de Assistência Direta a Pessoas e Grupos Vulneráveis da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Direitos Humanos
- Helena Peton, Representante do Programa de Envelhecimento Ativo e Saúde para as Pessoas Idosas do Ministério da Saúde da Nação
- Miriam Bernal, Diretora de Pessoas Idosas da Província de Formosa
- Nedda Cecchini de Druetto, Presidenta da Confederação Mesa Federal de Aposentados e Pensionistas e Terceira Idade
- Elsa Burgos, Presidenta da Federação de Centros de Aposentados e Pensionistas de Morón
- Alejandro Morlachetti, Mestre em Direitos Humanos, Universidade de la Plata e Consultor de organismos internacionais
- Daniel Maglioco, Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo
- María José Lubertino, Presidenta do Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo
- Jorge Petroni, Médico Auditor de Prestações Médicas, Programa Federal de Saúde do Ministério de Saúde da Nação
- Lía Daichman, Presidenta da Rede Internacional de Prevenção do Abuso e Maus Tratos na Velhice e Consultora de organismos internacionais
- Susana Aguas, Diretora de Sistemas Alternativos a Institucionalização, Governo da Cidade Autónoma de Buenos Aires e Consultora de organismos internacionais
- Santiago Pszemirower, Membro do Conselho e Assessor do Instituto Nacional Contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (Área Pessoas Idosas)
- Roberto Barca, Presidente da Federação de Sociedades de Gerontología e Geriatria
- Miguel Ángel Acanfora, Diretor do Mestrado em Gerontología Clínica, Universidade Barceło e Consultor de organismos internacionais
- Silvia Gascón, Diretora de Ciências Sociais, Fundação ISALUD
- María Teresa Puga, Diretora Provincial do Ministério da Saúde da Província de Córdoba
- Hugo Alberto Schifis, Vice-presidente da Sociedade Argentina de Gerontología e Geriatria

BELICE/BELIZERepresentante:

- Kamela Palma, Chairperson, National Council on Ageing

Membros da Delegação:

- Lindy Jeffery, Diretor Executivo, National Council on Ageing
- Dalila Castillo, General Manager, Social Security Board

BOLIVIA/BOLIVIAMembros da Delegação:

- Freddy Huaraz Murillo, Chefe da Unidade de Assuntos Generacionais, Vice-ministro de Género e Assuntos Generacionais, Ministério da Justiça
- Apolonia Sánchez Miranda, Responsável da Terceira Idade, Ministério de Justiça
- Apolinar Aguilar Mercado, Conselheiro, Embaixada da Bolívia em Brasília

BRASILRepresentantes:

- Paulo de Tarso Vanucchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
- Mariângela Rebuca de Andrade, Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Membros da Delegação:

- Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)
- Ana Amélia Camarano, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)
- Jurilza Maria Barros de Mendonça, Assessora Técnica na Área do Idoso da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)
- Maria das Graças Bibas, Assessora Técnica da Área do Idoso, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)
- Francisco Alves de Amorim, Ministério da Integração Social
- Francisco Osvaldo Barbosa, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
- Karin Costa Vazquez, Ministério das Relações Exteriores
- Kelly Cristina Tavares, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Lilian Lucia Duailibe, Superintendente de Ações de Protección Social Básico-SEDES
- Loyane de Sousa Tavares, Ministério da Integração Social
- Luciana Amorin de Santana, Secretaria de Cidadania, Estado de Goiás
- Marcela Sogocio, Divisão de Temas Sociais, Ministério das Relações Exteriores
- Marcelo Echart de Abreu, Ministério da Defesa
- Maria Antonia Mourao Gonçalves, Secretaria de Cidadania
- Rosangela de Miranda, Assessora Técnica, Conselho Estadual dos Idosos
- Lívia Reis de Souza, Secretaria Especial de Direitos Humanos
- Maria Ângela Avelar Nogueira, Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA), Ministério da Saúde
- Maria José Freitas, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Mariana Lopes Matias, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Maurício Pinha Gama, Ministério da Educação
- Patrícia Souza De Marco, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Raimundo N. Lopes de Souza, Ministério da Previdência Social

- Renato Boareto, Ministério das Cidades
- Rita de Cássia Lourenço, Ministério da Defesa
- Ana Paula Abreu Borges, Ministério da Saúde
- Roberto Firmo Vieira, Ministério do Meio Ambiente
- José Luiz Telles, Ministério de Saúde
- Renata Nilo Rezende, Ministério das Comunicações
- Luciene Teixeira Araújo, Ministério das Cidades
- Arlete Sampaio, Ministério do Desenvolvimento Social
- Helena Cristina Da Silva, Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social
- Karen Vieira, Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social
- Marly Milhomen de Frestes, Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social
- Verônica Maciel Medeiro de Brito, Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social
- Paula Regina Machado, Secretaria Estadual de Saúde
- Sandra Maria Ferreira de Souza, Promotora de Justiça, Ministério Público
- Jomar Alace Santana, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Paulo Ramos, Presidente, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), Presidência de la República
- Cristiane Melo de Oliveira, Professora Técnica, Ministerio do Esporte
- Marcelo Pereira de Almeida Ferreira, Coordenador Geral de Apoio Capacitação e Eventos Esportivos, Ministerio do Esporte
- Juliana Borges, Minissterio de Desenvolvimento Social
- Luiz Antônio de Souza Silva, Estado de Espírito Santo
- Sandra María Ferreira de Souza, Promotora de Justicia, Estado de Espírito Santo
- Roberto Loyola Monts, Coordenador Políticas Públicas dos Idosos, Estado de Bahia
- Waldir Macieira, Promotor de Justicia, Pará
- Eliane Jost Blessmann, Presidente, Conselho Estadual do Idoso, RS
- Ana Laura Martins, Asesora Técnica, Secretaría Especial de Aquicultura y Pesca, Paraná
- María das Graças Byron, SEAS, Amazonas
- Sandra Maria de Carvalho Brito, SESC, Ceará
- Lilian Mary Martins Zieger, Presidente, Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (ASSERS)
- Albertina Souza, Conselho Estadual do Idoso, SC
- Antonio de Almeida Cavalcante, Presidente do Conselho Estadual do Idoso, Paraíba
- Jorge Wagner Lopes, Conselho Estadual do Idoso, Amazonas
- Mirnia Santos, Conselho Estadual do Idoso, Amazonas
- Patrícia Guimaraens Ferreira, Conselho Estadual do Idoso, MG
- Nara Costa, Conselho Estadual do Idoso, RS
- Mafalda Paz Fonseca, Presidente, Conselho Estadual do Idoso, Goiás
- Paulo Henrique Otari , Promotor de Justicia, Ministério Público, Goiás
- Maria Inês Pioman Moretti, Técnica, Secretaría Estadual de Assistência Social y Desenvolvimento Social, SP
- Sandra Regina Gomes, Assessora, Secretaria Municipal de Assistência Social y Desenvolvimento Social, SP
- Janary Bussmann, Conselheiro, CEDI, Pará
- Leda Ravagni, Presidente, Asociación Nacional Gerontología, DF
- Antonio Rubens Pompev Braga, Asesor Técnico, Secretaria Planejamento e Gestão (SEPLAG), Fortaleza, Ceara
- Luciana Fernandes Franco, Gerente de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa, Secretaria de Assistencia Social e Cidadania (SASC), Teresina, Piauí

- Hérica Faria, Assessora de Imprensa do Conselho Estadual do Idoso da Paraíba, Conselho Estadual do Idoso (CEI)
- Clayton Camargos, Coordenador Nacional de Promoção da Saúde, Fundação de Seguridade Social
- Belanisia dos Santos, Conselheiro do Conselho do Idoso da Bahia
- Edi Mota Oliveira, Conselheiro do Conselho Estadual do Idoso, SC, Secretaria Assistencia Social, Trabalho Habitacion
- Genilda Cordeiro Baroni, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)
- Bernadete Isolina de Moraes Rego, Conselheira, CNDI
- Marta Ferreira Games, Presidente Conselho Estadual dês Direitos da Pessoa Idosa, Alagoas
- Marta Marisa da Silva, Vicepresidente, Conselho Estadual dês Direitos da Pessoa Idosa, Alagoas
- María José Sinhocoto, Asistencia Social, Coordenadora Programa do Idoso
- Jussara Rauth da Costa, Conselheira, CNDI
- Irlando Tenório Moreira, Representante do CNDI
- Izabel Lima Pessoa, Conselheira, CNDI
- Paula Regina de Oliveira Ribeiro, Defensora Pública, Defensoria Pública do DF
- Marília Celina Felício Fragoso, Conselheira, CNDI
- Sebastião Henrique Chaves, Representante do SERC no CNDI
- Aglair Alencar, Presidente Conselho Estadual dês Direitos da Pessoa Idosa
- Terezinha Tortelli, Conselheira, CNDI
- Josepha T. De Britto, Conselheira, Conselho Nacional de Previdencia Social
- Tiy de Albuquerque Maranhão Reis, Cinselheira, CNDI
- Maria José Silvestre, Conselho Estadual de Defesa Direitos das Persoas Idosas (CEDEPI)
- Maria de Lourdes Magalhães, Secretaria de Vigilância Social
- Alexandro Reis, Subsecretario de SEPPIR
- Antonio Cruz, Conselheiro, CEDIPP-PI
- Maria Betânia Jatobá de Almeida – Governo do Alagoas
- Cibelli de A. Bojikian Nadaf – Governo do Mato Grosso
- Carlos Lima Rodrigues – Governo de São Paulo
- Dienane Nogueira Santos – Governo do Mato Grosso do Sul
- José Paulo de Cunha, Coordenador Estadual do Idosos, Gobierno de Santa Catarina
- Maria Fátima Sousa do Nascimento – Governo de Santa Catarina
- Maria Cristina Neuenschwander – Governo de Pernambuco
- Maria da Guia Lima Cruz – Governo do Distrito Federal
- Maria das Graças Bayron – Governo do Amazonas
- Nelma de Azeredo – Governo do Rio de Janeiro
- Paulo Sérgio Pelegrino – Governo de São Paulo
- Sandra Pereira de Freitas – Governo de Goiás
- Schirley Follador Scrmin – Governo do Paraná
- Walmary Dias Pimentel – Defensoria do Idoso – Bahia
- María Inês Alves Fernández, Fundación de Asistencia Social, Estado de Rondonia
- Rejane De Paiva Casadei, Vicepresidente, Conselho Municipal do Idoso, SP
- Ana Maria Araújo, Vicepresidente del Conselho Municipal do Idoso, RN
- Thelma Targino, Presidenta, Conselho Municipal dos Direitos de Idosos, Natal, RN
- Luciana Oliveira, Secretaria Executiva, Conselho Municipal do Idoso, Natal, RN
- Anak Almeida, Secretaria Executiva, Conselho Municipal do Idoso, RN
- Beltrina Corte – Pontifícia Universidade Católica/SP
- Edinilsa Souza, SEDH/FIOCRUZ
- Elizabeth Viana Freitas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Elizabeth Mercadante – Pontifícia Universidade Católica/SP

- Etilde Gurgel Pinto, Presidente del Conselho Estadual de Pessos Idosas
- Jorge Alexandre Silvestre – Universidade de Brasília
- Laura Mello Machado – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- Otavio de Toledo Nóbrega – Universidade Católica de Brasília
- Sérgio Antônio Carlos – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Marília Viana Berzins – Universidade de São Paulo
- Matheus Papaleo Neto – Faculdade São Camilo/SP
- Marcelo Antônio Salgado – Consultor da Secretaria Especial de Direitos Humanos
- Tais de Freitas Santos – Fundo das Nações Unidas para a População
- Tomiko Born – Consultora da Secretaria Especial de Direitos Humanos
- Serafim Fortes, Presidente, Conselho Estadual CEDEPI/UFF
- Ana Elisa Bastos, SEDH, FIOCRUZ
- Luiz Carlos Lopes, Presidente, CEGEN
- Vicente de Paula Faleiros, Universidade Brasília, UCB
- Ângela Maria Mallato de Lina, Gerontologia EACH – USP
- Joaquín Niclos, Secretario General, Consejería Trabajo y Asuntos Sociales, Embajada España
- Bernal Weidlil, Conselheiro, Embajada Alemania
- Vitória Gois de Araújo, Diretora de Intercambio, Associação Nacional de Gerontología
- Maria Teresa Nunes, Analista Jurídico, Central Judicial do Idoso-TJDFT

CHILE/CHILE

Representante:

- Paula Forttes, Diretora Nacional, Serviço Nacional do Adulto Mayor (SENAMA)

Membros da Delegação:

- Gladys Zalaquett, Assessora Direção, SENAMA
- Giorgio Cervellino, Abovogado Unidade Jurídica, SENAMA
- Carola Mansilla, Departamento Estudo, Ministério do Trabalho
- Luisa Valdivia, Chilecalifica, Ministério da Educação
- Alicia Villalobos, Encarregada do Programa Adulto Mayor, Ministério de Salud
- Iris Salinas Vega, Chefe do Departamento Políticas Sociais, Ministério de Planificación
- Claudia Castillo, Política Habitacional, Ministério de Vivienda
- Rosita Kornfeld, Diretora PAM, Universidade Católica
- Marta Bustos, Universidade de Valparaíso
- Sonia Zapata, Universidade Arturo Prat, Dir.Trabalho Social
- Marcelo Piña, Académico Gerontología, Universidade Católica del Maule
- Flor Quijada, Presidenta, União Comunal de Clubes de Adulto Mayor da Florida
- Jorge Leyton, Gerente Geral, Caja de Compensación Los Héroes
- Juan Alberto González, Diretor de Atividades Físicas, Recreativas e de Extensión, Programa de Pensionados, Caja de Compensación Los Andes

COLOMBIA

Representantes:

- Helfer-Vogel, Diretora Geral de Promoção Social, Ministério de Protección Social

COSTA RICARepresentante:

- Lidieth Barrantes Murillo, Presidenta da Junta Rectora del Consejo Nacional de la Persona Adulta Mayor (CONAPAM)
- Rodolfo Rojas Ramírez, Funcionário do Conselho Nacional de la Persona Adulta Mayor (CONAPAM)
- Zaida Esquivel Murtillo, funcionaria de la Associação Gerontológico Costarricense

CUBAMiembros da Delegação:

- Alberto Fernández, Diretor Nacional de Atención al Adulto Mayor e Asistencia Social del Ministerio de Salud Pública de Cuba
- Juan Carlos Alfonso Fraga, Diretor del Centro de Estudios de Población y Desarrollo de la Oficina Nacional de Estadísticas de Cuba

EL SALVADORMiembros da Delegação:

- Ana Leonor Morales Luna, Diretora de Atención Integral da Pessoa Idosa, Secretaria Nacional de la Familia
- María Teresa Sagastume, Dirección de Assuntos Jurídicos e Internacionales, Secretaria Nacional de la Familia
- María José Giammattei, Assessora Jurídica, Dirección de Atención Integral da Pessoa Idosa, Secretaria Nacional da Familia

ESPAÑARepresentante:

- Amparo Valcarce García, Secretaria de Estado de Serviços Sociais, Familias e Deficiência.
- María Natividad Enjuto García, Diretora Geral do Instituto de Mayores y Servicios Sociales – IMSERSO
- Susana Viñuela Alvarez, Assessora da Secretaria de Estado de Serviços Sociais, Familias e Deficiencia
- Joaquín Niclós Albarracín, Secretário Geral da Consejería de Trabajo e Assuntos Sociais da Embaixada da Espanha no Brasil

GUATEMALAMiembros da Delegação:

- Carlos Jiménez Licona, Chefe da Delegação, Embaixador
- Rocío de Gutiérrez, Diretora, Programa Nacional del Adulto Mayor (PRONAM)
- Rubén Ramírez, Técnico, Programa Nacional del Adulto Mayor (PRONAM)

HONDURASMiembros da Delegação:

- Rodolfo Danilo Suazo, Membro Junta Directora, Instituto Nacional de Jubilaciones y Pensiones de los Empleados Funcionarios del Poder Ejecutivo (INJUPEMP)
- Griselda Zelaya, Directora Geral de Previsión Social

ITALIARepresentante:

- Alberto Colella, Counselor
- Maurizio Dogliotti, Oficina Comercial, Embaixada Italia
- Giulia Bartolini, Cooperação Italiana no Brasil

JAMAICARepresentante:

- Beverley Hall-Taylor, Diretor Executivo, National Council for Senior Citizens, Ministry of Labour and Social Security

MÉXICO/MEXICORepresentante:

- Juan Carlos González Llamas, Chefe da Delegação, Diretor de Geriatria
- Marco Antonio Huerta Sánchez, Segundo Secretario, Embaixada do México no Brasil

PANAMÁMiembros da Delegação:

- Diana Alvarado de Molo, Vice-ministra, Ministério de Desenvolvimento Social, Panamá
- Reina de Loo, Assistente Social da Direção de Políticas Sociais, Ministério de Desenvolvimento Social
- Argénida de Barrios, Directora Nacional, Universidad de Trabajo y de la Tercera Edad, Universidad de Panamá

PERÚRepresentante:

- Sarah María Vega Sánchez, Directora Geral da Familia e da Comunidade e Presidenta da Comissão Multisectorial encarregada da Implementação, Ejecución, Seguimiento e Avaliação do Plano Nacional para as Pessoas Idosas, 2006-2010
- Susalen Tang Flores, Assessora de Despacho Vice-ministerial da Mulher e representante Alternativa do MIMDES frente a Comissão Multisectorial encarregada da Implementação, Ejecución, Seguimiento e Avaliação do Plano Nacional para as Pessoas Idosas, 2006-2010
- Elia Luna Del Valle, Directora de Pessoas Idosas e Secretária Técnica da Comissão Multisectorial encarregada da Implementação, Ejecución, Seguimiento e Avaliação do Plano Nacional para as Personas Idosas, 2006-2010
- Juan Del Canto y Dorador, Representante Titular do Ministério da Saúde frente a Comissão Multisectorial encarregada da Implementação, Ejecución, Seguimiento e Avaliação do Plano Nacional para as Personas Idosas, 2006-2010
- Miguel Romero Yancán, representante da Associação Nacional del Adulto Mayor del Perú (ANAMPER)
- Rosa Vallejos Alarcón, representante da Central Provincial de Asociaciones de la Tercera Edad del Callao (CEPRATEC)
- Luz Barreto Carreño, representante de Mesa de Trabajo de ONGs e Afines sobre Pessoas Idosas.
- Heidi Spitzer Chang, Presidenta da Associação “Adulto Feliz”

- Elizabeth Sánchez, Representante do Consórcio Perú e Comissão Multisetorial para Pessoas Idosas, Ministerio de la Mujer

REPÚBLICA DE COREA/REPUBLIC OF KOREA

Miembros da Delegação:

- Kim Young-Hyun, Deputy Minister, Presidential Committee on Ageing Society and Population Policy, Ministry of Health and Welfare
- Koo Chul-Hoi, Director, Division for Senior Policy, Presidential Committee on Ageing Society and Population Policy, Ministry of Health and Welfare
- Cheng Hong-Won, Ministerial Policy Advisor, Ministry of Health and Welfare
- Gun Hwa Kim, Segundo Secretário, Embaixada da República da Coreia

REPÚBLICA DOMINICANA

Representante:

- Nathalie María Hernández, Diretora Executiva do Conselho Nacional de la Persona Envejeciente (CONAPE)

Membros de la Delegación/Delegation Members:

- Manuel Morales Lama, Embaixador da República Dominicana no Brasil
- María Cristina Camilo, Representante de Envelhecimento, CONAPE
- José Manuel Brito, Encarregado de Políticas de Envelhecimento
- Vicente Guerrero, Encarregado de Projetos, CONAPE
- Domingo Marriotti, Encargado de Cooperação Internacional, CONAPE
- Vanessa Cesarían María H., Encarregada da Área de Saúde
- José Missael María Hernán, Encarregado da Área de Informática
- Mirtha Tejeda, Representante do Instituto Dominicano de Seguro Social
- Alba Nely Familia, jornalista do CONAPE

SAINT KITTS Y NEVIS/SAINT KITTS AND NEVIS

Representante:

- Mary Ann Wigley, Supervisor of Social Assistance, Ministry of Social and Community Development

SANTA LUCÍA/SAINT LUCIA

Representante:

- Clementia Eugene, Diretora of Human Services and Family Affairs

SURINAME

Miembro da delegação:

- Mildred Ranu Nannan-Ramautar, Conselheiro, Embaixada Suriname, Brasil

TRINIDAD E TABAGO

Representante:

- Jennifer Rouse, Diretor, Divisão de Envelhecimento, Ministra de Desenvolvimento Social

URUGUAY

Membros da Delegação:

- Ernesto Murro, Presidente, Banco de Previsión Social
- Claudia Sirlin, Gerente de Departamento, Assessoria Geral, Banco de Previsión Social
- Ana María Risso Suárez, Licenciada em Serviço Social
- Leticia Publiese, Banco de Previsión Social

B. Membros Associados

ARUBA

Representante:

- Wilbert Marchena, Social Planner, Directorate of Social Affairs

C. Secretaria da Organização das Nações Unidas

Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais em Nova York/Departamento de Economia Social Affaire, Nova York (DESA)/Département des affaires économiques et sociales à New York

- Sergei Zelenev, Chefe, Subdivisão de Integração Social da Divisão de Política e Desenvolvimento Social

D. Organismos das Nações Unidas

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

- Sonia Heckadon, Especialista de Programas e Ponto Focal em População e Desenvolvimento, Divisão da América Latina e o Caribe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

E. Organismos especializados

Organização Internacional do Trabalho (OIT)/

- Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT no Brasil

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

- José Tubino, Representante da FAO no Brasil

Organização Mundial de Saúde (OMS)

- Alexandre Kalache, Consultor Especial, Programa Envelhecimento e Curso de Vida

Organização Panamericana de Saúde (OPS)

- Enrique Vega, Assessor Regional sobre Envelhecimento e Saúde
- Javier Vásquez, Assessor Regional de Direitos Humanos

F. Outras organizações intergovernamentais

Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS)

- José Carlos Baura, Diretor do Projeto Pessoas Idosas, Dependência e Serviços Sociais na Iberoamérica

G. Painelistas

- José Luis Machinea, Secretário Executivo da CEPAL
- Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República do Brasil
- Sergei Zelenev, Chefe do Escritório de Integração Social, Divisão de Política Social e Desenvolvimento, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DAES), Nações Unidas
- Dirk Jaspers-Faijer, Diretor do Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografía (CELADE) – Divisão de População da CEPAL
- Daniel Titelman, Unidade de Estudos do Desenvolvimento, Divisão de Desenvolvimento Econômico, CEPAL
- Luis Henrique da Silva, Coordenador de Estudos sobre Previdência Social da Secretaria de Previdência Social, Brasil
- Guillermo Antonio, Diretor Benefícios FCC-BONOSOL, Superintendência de Valores e Seguros, Bolívia
- Ernesto Murro, Presidente Banco de Previsión Social, Uruguay
- Fernando Morales, Diretor Geral do Hospital Nacional de Geriatria e Gerontología, Caixa do Seguro Social, Costa Rica
- Wilbert Marchena, Encarregado de Planejamento Social, Ministério de Assuntos Sociais, Aruba
- Alexandre Kalache, Consultor Especial do Programa Envelhecimento e Curso de vida, Organização Mundial de Saúde, Genebra
- Enrique Vega, Assessor Regional sobre Envelhecimento, Organização Panamericana de Saúde, Washington
- Mónica Roqué, Diretora, Direção Nacional de Políticas para Pessoas Idosas, Ministério do Desenvolvimento Social, Argentina
- Roberto Cino, Diretor do Instituto Nacional de Bem Estar Social, Ministério da Saúde, Paraguay
- Anselm Hennis, School of Clinical Medicine & Research, University of the West Indies, Barbados
- Alberto Fernández, Diretor Nacional de Atenção a Pessoa Idosa e Assistência Social, Ministério da Saúde, Cuba
- Juan del Canto e Dorador, Responsável Nacional da Etapa de Vida pessoas Idosas, Ministério da Saúde
- Javier Vásquez, Especialista em Direitos Humanos, Organização Panamericana de Saúde, Washington
- Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasil
- Diana Alvarado de Molo, Viceministra, Ministério de Desenvolvimento Social, Panamá
- Lindy Jeffery, Diretor Executivo, National Council on Ageing, Belice
- Ana Leonor Morales, Diretora de Atenção Integral a Pessoa Idosa, Secretaria Nacional da Família, El Salvador
- Paula Forttes, Diretora Nacional, Serviço Nacional da Pessoa Idosa, Chile
- Sandra Huenchuan, Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografía (CELADE) – Divisão de População da CEPAL
- Jennifer Rouse, Diretor Divisão sobre Envelhecimento, Ministra de Desenvolvimento Social, Trindade e Tabago
- Amparo Valcarce, Secretaria de Estado de Serviços Sociais, Famílias e Dependência do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, Espanha
- José Carlos Baura, Diretor do Projeto Pessoas Idosas, Dependência e Serviços Sociais na Iberoamérica, Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS), Espanha
- Renato Maia Guimaraes, Presidente da Associação Internacional de Gerontología e Geriatria (AIGG), Brasil
- Dora Celton, Presidenta da Associação Latinoamericana de População (ALAP), Argentina

H. Outras organizações não governamentais

Avós da Praça de Maio de Argentina

- Nora Pochtar, Representante Avós Praça de Maio

Academia Latinoamericana de Medicina Adulto Mayor

- Maria de Lourdes Tellechea

American Association of Retired Persons (AARP), Estados Unidos

- Jessica Frank López

Caritas

- Christel Wasiek, Assessora em Gerontología, Caritas Alemanha
- Muriel Abad, Responsable Programa Pessoas Idosas, Caritas Chile

Centro Ecumênico de Capacitação(CEC)

- Lucio Díaz, Director, Chile
- Alejandro Reyes
- Regine Obreque Morales, Chile

Colégio de Gerontólogos de Chile

- Rosa Fuentes, Miembro, Acadêmica

Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP)

- Marcos Oliveria
- Wilson Oliveria

Federação Iberoamericana de Associações de Personas Mayores (FIAPAM)

- Ruth Rivera, Secretaria Geral
- Janet Black, Miembro Grupo Básico
- Marcelina Palacios de Gómez, Secretaria Nacional, FIAPAM Paraguay
- José Ramón Navarro, Técnico de Proyectos

Fundação Nicaraguense da Terceira Idade (FUNITE)

- Humberto López, Presidente

Fundação Salvadoreña da Terceira Idade

- Lila Judith Vega, Diretora Executiva

HelpAge Internacional

- James Blackburn, Representante Regional,
- Fiona Clark, Diretora Programas e Políticas
- Gustavo Trigo, Oficial de Advocacia e Comunicação
- Pilar Contreras, Help-Age, Coordenadora Projeto Madrid+5

Red Tiempos de Colombia

- Fabiola Cuellar de Pineros, Presidenta
- Rosa Inés Castaneda

Red Continental Personas Mayores, América Latina y el Caribe

- Edilia Camargo, Secretariado

Red Latinoamericana de Gerontología

- Ximena Romero, Coordinadora

Red Chilena de Programas Adulto Mayor

- Ricardo Adriaola, Miembro Assessor

Sociedad de Geriatria y Gerontología Ecuador

- Juan Vicente Salinas, Presidente

I. Outros Convidados

- Edusa César Menezes Araújo Pereira, Brasil, Conselho Diretor do Idoso,
- Maria Alice Machado, Brasil, ANG/RO
- Marta Carvalho Loures, Brasil Vicepresidente do Conselho Estadual do Idosos
- Olga Quiroga – Grupo de Defensores de Moradia para Idosos/SP, Brasil
- Zhélide Quevedp Hunter, Representante Prefeitura.Porto Alegre, Brasil
- Corina Villarroel, Coordinadora, Programa Universidad Adulto Mayor, Universidad de Valparaíso, Chile
- Teresa Ibacache, Docente, Universidad de Valparaíso, Chile
- Patricia Ledesma, Docente, Universidad de Valparaíso, Chile
- Víctor Vilche, Subgerente, CCAF Los Andes, Chile
- Flor María Quijada
- María José Giannattei, Asesora Jurídica, Dirección Adulto Mayor
- Verónica Montes de Oca, Investigadora y académica, Universidad Nacional Autónoma de México
- Jaime Cáceres, Perú, Director Ejecutivo, Instituto Peruano de la Pesca y la Minería (IPEMIN)
- José Francisco Nuberg, Oficial de Abogacía y Género, UNFPA, República Dominicana

J. Secretaría**Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)**

- José Luis Machinea, Secretário Executivo
- Laura López, Secretária da Comissão
- Dirk Jaspers, Diretor, Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CELADE) – Divisão de População da CEPAL (CELADE)
- Luis Yañez, Assessor Legal
- Sandra Huenchan, Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CELADE) – Divisão de População da CEPAL (CELADE)
- Miguel Villa, Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CELADE) – Divisão de População da CEPAL
- Paulo Saad, Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CELADE) – División de Población de la CEPAL
- Daniel Titelman, Unidade de Estudos do Desenvolvimento, Divisão de Desenvolvimento Econômico

Sede subregional da CEPAL parao Caribe/ECLAC

- Karoline Schmid, Oficial de Assuntos Sociais

Escritorio da CEPAL em Brasilia

- Ricardo Bielschowsky, Oficial de Assuntos Econômicos
- Carlos H. Mussi, Oficial de Assuntos Econômicos